

# A primeira campanha eleitoral da pós-realidade

» JOSÉ VICENTE PIMENTEL  
Embaixador aposentado



No próximo domingo, dia 12, as atenções do mundo estarão voltadas para as eleições parlamentares na Hungria. Embora não tenha relevância econômica, o país se tornou um símbolo do movimento global autocrático-religioso de extrema-direita, que o seu primeiro-ministro, Viktor Orban, prefere qualificar de liberal.

Quando o Pacto de Varsóvia se dissolveu em 1991, havia expectativas generalizadas de que a Hungria emergiria rapidamente da pobreza a que havia sido relegada pelo regime soviético. Não foi o que aconteceu. Pelas estatísticas da União Europeia (UE), ela é hoje um dos mais pobres países europeus. A produção industrial vem decaindo, o desemprego é galopante e a população vem diminuindo. Dois terços da população consideram o sistema educacional ruim ou péssimo, o sistema de saúde pública está decadente, muito em consequência da migração de médicos. Para piorar, nos últimos três anos a Hungria transformou-se no país mais corrupto da UE. Mesmo o "índice de liberdade econômica", publicado pela conservadora Heritage Foundation, considera a Hungria o pior país europeu no quesito integridade governamental.

A despeito disso, o prestígio de Orban junto às principais lideranças da direita mundial segue inabalável. Sua atual campanha eleitoral recebeu o endosso dos líderes da direita alemã, holandesa, polonesa e até do insólito Javier Milei. Marco Rubio esteve em Budapeste para sublinhar o apoio de Trump, que considera Orban o seu maior aliado na Europa. Dois outros amigos importantes são Vladimir Putin, que vem recebendo a ajuda de Orban para bloquear ajuda militar da UE à Ucrânia, e Jair Bolsonaro, que declarou considerar Orban "praticamente um irmão".

Segundo Kevin Roberts, presidente da Heritage Foundation, "a Hungria moderna é não apenas um modelo, e, sim, O modelo de governança conservador". O Projeto 2025 da Heritage inspirou-se no modelo húngaro, que privilegia técnicas de comunicação agressivas, ou guerras culturais. Orban potencializa o medo. Há anos dirige a opinião pública contra bodes expiatórios que, a rigor, não têm impacto direto no cotidiano dos cidadãos. Um desses é a imigração, transformada pela retórica oficial na grande ameaça ao bem-estar do povo, apesar de não existirem no país imigrantes em número estatisticamente considerável. O inimigo externo (é muito útil ter um...) é a Ucrânia de Zelensky. Outro alvo habitual é a ideologia de gênero. A repulsa ao movimento feminista e LGBTQ+ é trabalhada sobretudo pelo lado da religiosidade: esses movimentos seriam indignos, por contrariarem a Bíblia.

Em 16 anos ininterruptos de governo, Orban desenvolveu as ferramentas para se assenhorear das instituições. Várias vezes emendou a Constituição e alterou as regras eleitorais em benefício do seu partido político, o Fidesz; interveio no serviço público,

substituindo funcionários; desarticulou o Poder Judiciário, nomeando juízes alinhados com as teses ultradireitistas; aplicou pressão econômica e criou regulamentações específicas para enfraquecer a liberdade de imprensa; fez aprovarem-se leis que limitam os direitos das minorias; retirou fundos de apoio a universidades; e forçou a Universidade Centro-Europeia, fundada por George Soros, a transferir-se para Viena.

Esse é, em síntese, o modelo decantado por Kevin Roberts e seguido hoje como uma cartilha pelo Partido Republicano, nos EUA.

E eis que as pesquisas eleitorais indicam que, agora, o Fidesz poderá perder para o Tisza, partido liderado por Peter Magyar, que também é de direita, porém moderado, em particular no cenário europeu. Caso vença, a Europa deverá liberar-se do veto húngaro e voltar a falar com uma só voz nas questões geopolíticas.

Um aspecto da campanha eleitoral húngara que nos interessa de perto é o uso de recursos de inteligência artificial (IA) na propaganda de Orban. A utilização é tão intensa que a escritora Anne Applebaum a qualificou de "primeira campanha política da pós-realidade". A imagem de Orban quase não aparece. Cede lugar a vídeos de tik tok com versões de Zelensky ou Peter Magyar contando dinheiro, cheirando cocaína ou tripuando de militares húngaros. O baixo nível impera.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com certeza, acompanha o desenrolar da campanha eleitoral húngara. Dada a probabilidade da aplicação de golpes baixos semelhantes nas nossas eleições de novembro, é essencial preparar-nos para neutralizar as transgressões e punir os transgressores.

# Um por todos e todos por "Uma Só Saúde"!

» EMMANUEL LENAIN  
Embaixador da França no Brasil



De 5 a 7 de abril de 2026, a França sediou o One Health Summit, com uma prioridade clara: identificar soluções concretas, sustentáveis e eficazes para prevenir os riscos sanitários, alimentares e ambientais que ameaçam nossas populações e o nosso planeta.

Essa nona cúpula da agenda One Planet Summit reuniu cerca de 50 Estados, além de organizações internacionais e regionais. Foram cerca de 3 mil participantes nessa edição, que visou responder aos principais desafios que afetam a saúde humana, animal e ambiental. Por meio do fortalecimento da escuta e do diálogo entre os campos político, social e científico, esse encontro permitiu mobilizar todas as gerações em torno de um objetivo central: alcançar uma saúde justa e sustentável para todos.

Foi no coração da cidade de Lyon, capital francesa da saúde global, que ocorreu este encontro histórico. Pela primeira vez, Estados se reuniram no mais alto nível para refletir sobre como colocar a abordagem "Uma Só Saúde" (One Health) no centro das políticas públicas.

Essa abordagem reconhece as interdependências e os vínculos estreitos entre a saúde humana, a saúde animal e a saúde dos vegetais e dos ecossistemas. Agir em favor de uma saúde "saúde" significa proteger as demais. Saúde, clima, biodiversidade, água, alimentação... Para romper os silos, precisamos conectá-los!

Ao lado dos tomadores de decisão política, convidados pelo presidente da República, estiveram dirigentes de organizações internacionais e regionais, centenas de cientistas, empresários, atores do setor financeiro, representantes eleitos, jovens e representantes da sociedade civil — todos engajados em prol de uma saúde melhor para os seres vivos e para o planeta.

Esses especialistas, de todas as disciplinas, protagonizaram eventos que destacaram as ferramentas disponíveis e as metas a serem alcançadas para construir um futuro saudável e próspero. A dimensão dessa cúpula ultrapassará Lyon: de 16 de março a 15 de maio, será realizado o One Health Festival, que promoverá cerca de 200 eventos na França e no mundo, incluindo cinco no Brasil, a fim de demonstrar a importância da abordagem "Uma Só Saúde".

O Brasil se destaca como um país pioneiro na abordagem "Uma Só Saúde", tanto por sua dimensão continental, abrigando seus grandes biomas e diversos saberes ancestrais e indígenas, quanto pela importância de sua agricultura e pecuária, de seu sistema universal de saúde (SUS) e de sua pesquisa científica de excelência.

O Brasil também está na vanguarda da vigilância em saúde e da prevenção de epidemias e zoonoses, e se juntou, por ocasião da cúpula e por meio da Fiocruz, à iniciativa Prezode. Lançada sob a liderança da França após a pandemia de covid-19, a Prezode reúne pesquisadores e cientistas com o objetivo de prevenir o surgimento de futuras pandemias.

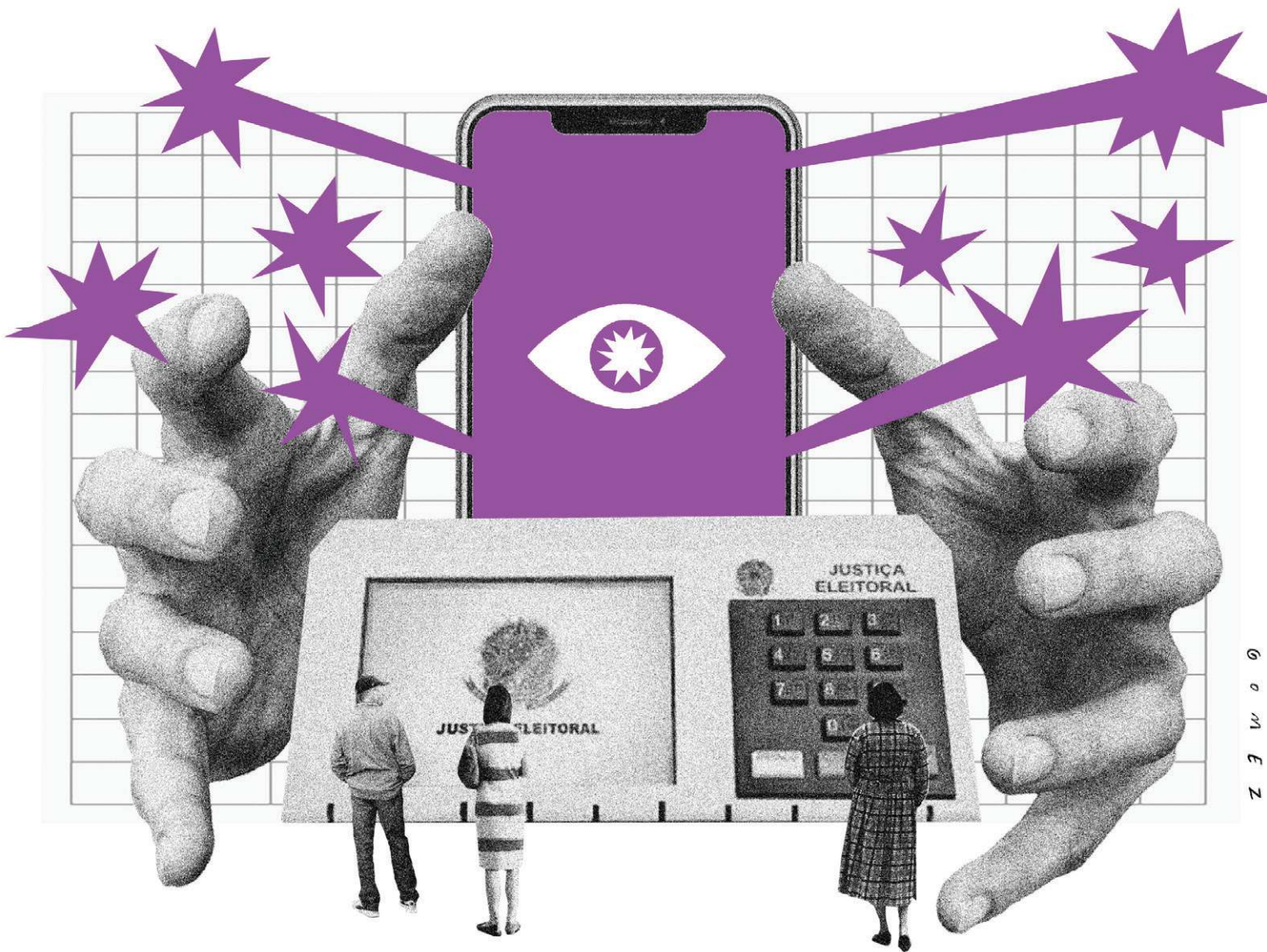
A parceria entre a França e o Brasil também se materializa, há várias décadas, em programas de excelência que atuam na interface entre saúde ambiental e vegetal, saúde animal e saúde humana, como ilustram (i) o laboratório internacional "Sentinelle", (ii) pesquisas desenvolvidas pelo Instituto Pasteur de São Paulo, (iii) importantes projetos conjuntos entre o IRD e a Fiocruz (inclusive com financiamento europeu), (iv) os projetos desenvolvidos no âmbito do Centro Franco-Brasileiro de Biodiversidade da Amazônia, e (v) o novo centro internacional de pesquisa criado pelo Instituto Nacional de Pesquisa em Agricultura, Alimentação e Meio Ambiente da França (Inrae) e pela Universidade de São Paulo (USP).

Muitos objetivos ainda precisam ser alcançados: acelerar a pesquisa, formar profissionais, preservar a eficácia dos antimicrobianos, reduzir a ocorrência de doenças transmitidas por animais ou insetos, melhorar nossa alimentação, proteger a biodiversidade, reduzir a poluição, mitigar os efeitos das mudanças climáticas e garantir o bem-estar mental.

Esses objetivos orientarão os debates da comunidade internacional para transformar cada intenção em ações comuns, úteis e coerentes. Não nos esqueçamos nunca de que a saúde de cada um depende da saúde de todos.

Devemos assumir juntos, e desde já, o compromisso de prevenir os riscos que nos ameaçam para que possamos agir de forma mais eficaz.

A abordagem "Uma Só Saúde" deve se tornar nossa bússola e nosso paradigma de ação.



# Escola cívico-militar: onde a crueldade é uma prática diária

» DIOCLÉCIO LUZ  
Jornalista e escritor. Autor do Livro A escola do medo: vigilância, repressão e humilhação nas escolas militarizadas



Em fevereiro deste ano, policiais da escola cívico-militar de Itapoã obrigaram estudantes a fazerem flexões e ficar de joelhos, punindo-os por usarem agasalhos com cores proibidas pelo regimento militar adotado nas escolas controladas por policiais militares, bombeiros e Forças Armadas. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Art. 18-A, diz: "A criança e o adolescente têm o direito de serem educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação (...) por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles". Como esses jovens se submetem a um regime de quartel, isto é, destinado a adultos, Itapoã não é um caso à parte; abusos, humilhações, crueldades acontecem em todas as escolas militarizadas do país. É a pedagogia do medo, o exercício diário da crueldade. Não por acaso, foi adotada por tiranos como Mussolini, Hitler e Francisco Franco. Vigiar e punir, como cravou Michael Foucault em sua obra.

Funciona como uma brincadeira dos militares.

Os estudantes são fantasiados de soldadinhos, prestam continência ao sargento de plantão, fazem ordem unida e se submetem à estética do militar adulto. O regimento da escola diz que o cabelo não pode ser afro, deve ser curto, não pode ser colorido, tem que ser preso ou no coque; é proibido maquiagem ou adornos; o brinco deve ser de, no máximo, 1,5 cm. Por que 1,5 cm? Porque, assim, algum oficial decidiu. Além de ridículo, tudo isso é invasão da intimidade do aluno e da aluna, uma agressão escancarada ao Artigo 5º da Constituição. Em 19 de março de 2026, o Ministério Público Federal assim se pronunciou: "As exigências relacionadas à aparência e ao comportamento dos estudantes não possuem relação comprovada com a melhoria da qualidade do ensino e não atendem aos critérios de adequação, necessidade e proporcionalidade exigidos pela Constituição".

Os militares, como se sabe, se submetem a um regimento em que "o de cima manda, o de baixo obedece". Chamam isso de disciplina — é autoritarismo, hierarquia militar. A escola pública ensina o contrário disso: a democracia, onde todos e todas têm direito à fala, ao questionamento. A escola ensina o jovem a pensar. Democracia e autoritarismo, porém, não convivem no mesmo espaço.

Os militares são treinados para enfrentar criminosos, lutar, manejar um fuzil — falta-lhes o preparo mínimo para lidar com jovens numa escola. Jamais vão entender que a boa escola fornece o conhecimento formal, sim, mas ela é, principalmente, acolhimento,

solidariedade, carinho, liberdade. Não é por meio do medo, como os fardados fazem no quartel e nessas escolas, que se ensina o estudante a respeitar os professores, ou os pais em casa. Respeitar é diferente de ter medo.

A instalação dessas escolas na periferia objetiva formar "alunos bonzinhos", passivos, submissos. Dizem os militares que ensinam moral e civismo. Mas é uma noção de civismo de escoteiro e uma moral que passa longe da filosofia de Hegel, Nietzsche, Schopenhauer, entre outros.

Os pais precisam reagir e exigir para os seus filhos uma escola que, em vez da humilhação diária, ensine-os a ter autonomia, vontade, coragem, e não faça dos estudantes "engolidores de conhecimento" (o sistema bancário, como dizia Paulo Freire). As autoridades estão promovendo o retrocesso pedagógico e humanitário. Elas sabem que tudo isso é ultrapassado, medieval, grotesco, cruel, burro. Os jovens estão saindo da infância para a adolescência e não merecem ser tratados como adultos, e adultos de um quartel! Não creio que pais e mães queiram filhos apáticos, covardes, medrosos, submissos à primeira autoridade, fardada ou não, que lhes aparecer.

Ao contrário do que pensam os militares, a escola deve ser um "lugar legal". A sala de aula e a escola em si devem ser atrativas, e não um espaço dominado pela vigilância, crueldade, humilhação. Nenhum jovem merece isso, nenhum pai ou mãe deve aceitar isso. É desumano, é cruel.